

MAIO 2023

33ª EDIÇÃO

# GAZETA DO POVO

REVISTA



## Afastamento de juiz da Lava Jato reflete guerra com TREF4 sobre rumo da operação

Câmara troca uma artimanha por outra para permitir mais gastos do governo

**Editorial:** a crise moral que assola o Brasil

# Índice

Editorial: A crise moral que assola o Brasil 04

---

J.R. Guzzo: Marina Silva no governo Lula: pedir para sair ou engolir sapo? 13

---

Polzonoff: O caso das Casas Heil: “Eu vejo nazistas por todos os lados” 31

---

Afastamento de juiz da Lava Jato reflete guerra com TRF4 sobre rumo da operação 45

---

Câmara troca uma artimanha por outra para permitir mais gastos do governo 56

---

Derrota russa: EUA derrubam a mais sofisticada ferramenta de ciberespionagem do FSB 65

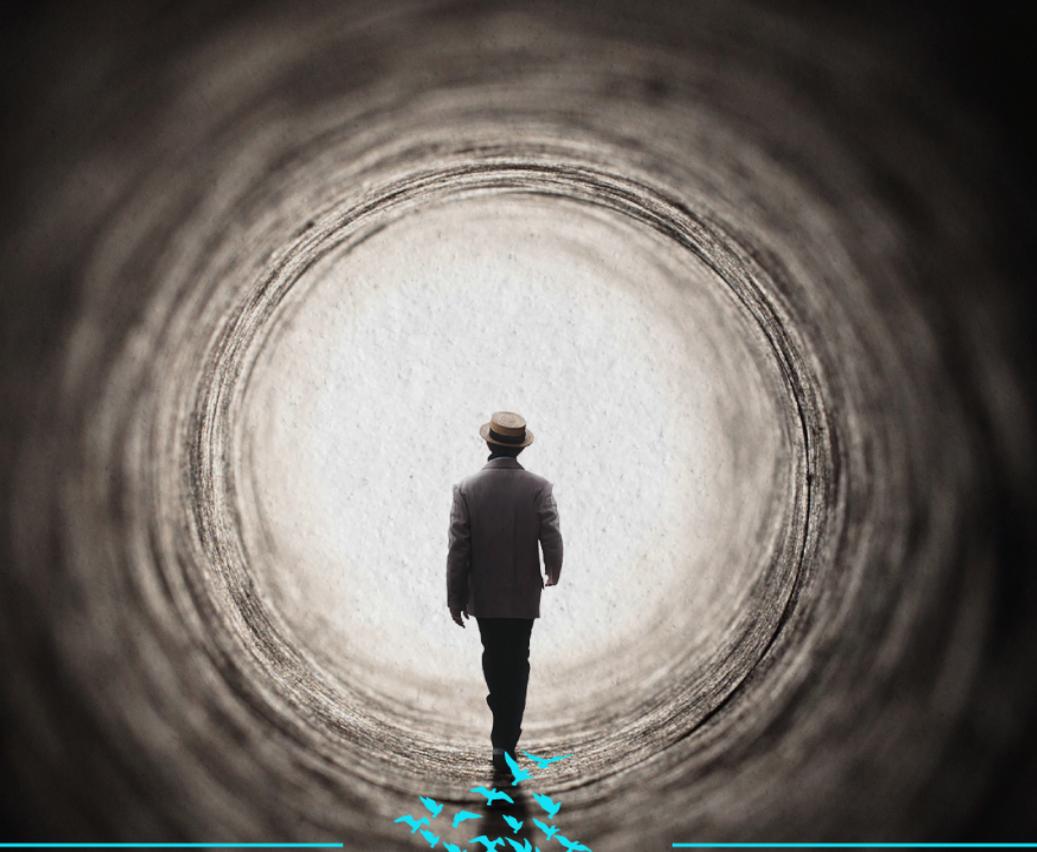
---

Série da Netflix ensina espectador a farejar ditadores em potencial 78

---



**USUÁRIO DE ANDROID:** PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



A LIBERDADE  
FORTALECE  
A VERDADE

JORNADA

## Liberdade de Expressão

Ganhe os  
melhores  
argumentos  
para vencer  
a censura.

- ◆ *Curso exclusivo sobre liberdade de expressão*
- ◆ *E-book “Argumentos Sobre a Liberdade”*
- ◆ *Série “Narrativas da Censura”*

*Inscreva-se agora*



*Avenida Marechal Deodoro, em Curitiba, foi palco de manifestação em defesa do mandato do deputado federal Deltan Dallagnol | Foto: Divulgação / Deputado Fabio Oliveira*

## | Editorial

# A crise moral que assola o Brasil

É com perplexidade, assombro e indignação que muitos brasileiros têm visto tornar-se realidade o poema de Camões em que os maus nadam “em mar de contentamentos”, enquanto os bons passam “no mundo graves tormentos”. E nada exemplifica tão bem este estado de coisas quanto o desfecho dos maiores esquemas de

corrupção da história do país, o mensalão e o petrolão. Praticamente todos os envolvidos na roubalheira ganharam a liberdade e voltaram às ruas; alguns deles até mesmo conquistaram cargos eletivos dos mais importantes do país.

Enquanto isso, aqueles que investigaram e julgaram os escândalos, trabalhando por anos a fio para construir um conjunto probatório robustíssimo ou avaliando essas mesmas provas para que os corruptos pudessem pagar, são perseguidos de todas as formas: se ainda não acabaram eles mesmos na cadeia, sofrem com uma série de outras punições políticas, cíveis e administrativas – o episódio mais recente foi aquele em que o TSE fez uma interpretação extensiva, absurda do ponto de vista lógico e totalmente distante do espírito da Lei da Ficha Limpa, para impugnar a candidatura de Deltan Dallagnol (Podemos-PR).

Atribuir esta inversão de valores apenas à série recente de decisões da cúpula do Judiciário que desmontaram o bom combate à corrupção, no entanto, é ignorar que há causas mais profundas para o que temos visto, causas das quais o suicídio moral dos tribunais superiores é talvez a consequência mais evidente – mas, ainda assim, uma consequência. O fato é que, após uma lufada de esperança trazida por um processo iniciado nas jornadas de junho de 2013 (que, depois, acabaram desvirtuadas pela violência) e pela Operação Lava Jato, a sociedade brasileira se deixou engolir por um torpor que misturou tolerância à corrupção e desconfiança generalizada em relação aos que empenharam suas vidas e carreiras no combate à ladroagem.

Nada exemplifica tanto essa tolerância quanto a normalização da candidatura de Lula à Presi-

dência. Os eleitores de Lula – e aqui não nos interessa discutir as motivações que levaram cada um a optar pelo então candidato – não podem alegar que desconheciam o passado do petista. Ainda assim, de repente, foi como se o robustíssimo e inegável conjunto probatório levantado contra Lula pela Operação Lava Jato tivesse “desaparecido”, em vez de ter sido simplesmente tornado inútil para efeitos processuais.

É preciso recuperar critérios claros de moralidade, de certo e errado, e pautar nossas ações de acordo com esses critérios.

E o reverso desta tolerância com o mal se mostrou na forma como esses mesmos setores da sociedade e da opinião pública se voltaram contra quem lutou para desmontar os esquemas de corrupção. O “infeliz do povo que precisa de

heróis” brechtiano foi pisado e repisado a ponto de muitos brasileiros passarem a enxergar com suspeita qualquer um que se empenhe em fazer a coisa certa. Como se fosse impossível agir apenas movido pelas melhores intenções, sem ter algum motivo escuso ou empregar métodos ilícitos. Isso ajuda a entender como até mesmo brasileiros bem-intencionados, conscientes do mal trazido pela corrupção, puderam se deixar levar por narrativas enviesadas, plantadas pelos corruptos e por seus apoiadores, que transformaram os agentes da lei em criminosos, e os verdadeiros criminosos em vítimas.

Neste ambiente em que as noções de certo e errado são perdidas – ou, pior ainda, invertidas –, não surpreende que decisões judiciais reflitam essa decadência moral. Ironicamente, essa espécie de hiperlegalismo pelo qual as evidências contra Lula são ignoradas apenas

porque foram descartadas judicialmente convive com um total desprezo pelo império da lei, substituído pelo voluntarismo total. Quando se trata dos protagonistas dos esquemas de corrupção, os tribunais superiores reverterem jurisprudência e entendimentos anteriores, aplicam retroativamente regras estabelecidas ad hoc para anular julgamentos realizados em estrita observância à lei processual, e alteram competências previamente estabelecidas – ou seja, onde não existe nenhum tipo de irregularidade processual, inventa-se uma.

Já quando os acusados são aqueles a quem coube investigar e julgar a ladroagem, tribunais superiores e instâncias como o Conselho Nacional do Ministério Público e o Tribunal de Contas da União ignoram o devido processo legal e garantias constitucionais como a liberdade de expressão; violam princípios como

o non bis in idem, julgando mais de uma vez o mesmo fato; recorrem a evidências colhidas ilegalmente e sem autenticidade comprovada; ignoram o que está escrito na lei e se apegam a suposições e hipóteses sobre o que poderia ter acontecido, em vez do que realmente aconteceu; e desprezam os pareceres técnicos de órgãos de assessoria ou pedidos de arquivamento feitos por procuradorias.

Há solução para tamanho descalabro? Certamente há; extremamente trabalhosa, que talvez renda frutos apenas no médio e longo prazo, mas há. Para isso, é preciso recuperar critérios claros de moralidade, de certo e errado, e pautar nossas ações de acordo com esses critérios.

Nesse caminho, um dos primeiros passos é manter acesa a chama da indignação contra os desmandos a que assistimos, não aceitar passivamente que eles se repitam cotidianamente,

e encontrar formas de manifestar e dar voz, ativa e democraticamente, a essa indignação.

Casos como o da cassação de Deltan Dallagnol e a tentativa de apagamento de seu trabalho junto à Lava Jato, por exemplo, não podem ser encarados com uma mera indignação passageira.

Eles precisam ser entendidos como realmente são: sintomas de uma inversão de valores generalizada que precisa ser combatida todos os dias até ser revertida de vez. A indignação das pessoas – ou pelo menos daquelas que, de fato, se preocupam com os rumos do país –, embora pareça pouco, é fundamental para recolocar o Brasil nos trilhos. Não nos caemos.



[Voltar ao índice](#)



**J.R. Guzzo**



*Ministra do Meio Ambiente Marina Silva. | Foto: José Cruz/Agência Brasil*

## **Marina Silva no governo Lula: pedir para sair ou engolir sapo?**

A ministra Marina Silva, burocrata-mor do Meio Ambiente e figura colada há anos no ecossistema ambientalista, teve duas realizações notáveis em sua curta permanência

no governo Lula. A primeira foi dizer, para os “bilionários do bem” que se reúnem todos os anos numa estação de esqui na Suíça, que havia “120 milhões” de pessoas passando fome no Brasil. (As agências de “verificação de fatos”, ligadas o tempo todo na fiscalização do que dizem os adversários do PT e suas vizinhanças, não fizeram nenhuma objeção – a ministra é uma dessas personalidades que foi canonizada em vida pela maior parte da mídia, e não pode ser criticada, nunca.)

A segunda realização de Marina, antes de se completarem seis meses de governo, foi ver o seu ministério amputado de funções essenciais. Para se ter uma ideia mais precisa das coisas: o Ministério do Meio Ambiente, hoje, é menos do que era no governo anterior, o mais amaldiçoado da história pelos ecologistas,

militantes da natureza e salvadores do planeta. Pode?

*Marina continua querendo ser amiga de Lula e do PT para receber alguma vantagem – e continua se dando mal todas as vezes em que tenta.*

As ONGs etc. etc. etc. estão indignadas, é claro. Exigem que o governo Lula defenda a “integridade” do MMA e lhe devolva as atribuições expropriadas; aparentemente, até agora, não conseguiram estabelecer uma relação de causa e efeito sobre o que aconteceu. Se foi o próprio governo quem decidiu esvaziar o ministério de Marina, como ele pode ser chamado para lhe prestar socorro? Não faz nexos. Mas o fato é que muito pouca coisa faz nexos em relação à Marina Silva.

Aos 65 anos de idade, e uns 50 como profissional das causas ecológicas no Brasil e no mundo, ela continua querendo ser amiga de Lula e do PT para receber alguma vantagem – e continua se dando mal todas as vezes em que tenta. Agora, mais uma vez, está na posição de pedir o boné e tornar-se ex-ministra, ou engolir o sapo e continuar grudada no governo. É uma situação inviável, até porque a ministra é uma figura inviável. Sua única função na vida pública tem sido fazer oposição ao progresso, sempre – e, aí, até o “socialismo” do PT fica incomodado.

“Qualquer tentativa de desmontar o serviço nacional de meio ambiente é um desserviço à sociedade brasileira” protestou Marina. “Isso pode criar gravíssimos prejuízos para o país”. É mesmo? Mas quem está prestando o que ela chama de “desserviço” não é a “direita”, nem o

“agronegócio”, nem a oposição – é o governo Lula, do qual faz parte.

Como é que fica, então? A ministra, como já aconteceu em outras oportunidades, tentou fazer parte do Sistema Lula. Está vendo que não faz. Sua função é enfeitar o ministério com uma pegada ambientalista – e só isso.

*Autor: J.R.Guzzo é jornalista. Começou sua carreira como repórter em 1961, na Última Hora de São Paulo, passou cinco anos depois para o Jornal da Tarde e foi um dos integrantes da equipe fundadora da revista Veja, em 1968. Foi correspondente em Paris e Nova York, cobriu a guerra do Vietnã e esteve na visita pioneira do presidente Richard Nixon à China, em 1972. Foi diretor de redação de Veja durante quinze anos, a partir de 1976, período em que a circulação da revista passou de 175.000 exemplares semanais para mais de 900.000. Nos últimos anos trabalhou como colunista em Veja e Exame.*



Voltar ao índice



## Polzonoff



*Casas Particulares Heil: para jornalista, casas com sobrenome do proprietário são sinais do Nazismo Estrutural Catarinense. | Foto: Reprodução/ Facebook*

## O caso das Casas Heil: “Eu vejo nazistas por todos os lados”

Ouvindo a dica de um amigo, a jornalista-com-nome-de-restaurante foi a Santa Catarina a fim de constatar com os próprios olhos aquilo de que ela já tem certeza, só de ouvir falar: o sul do Brasil está cheio de

nazistas. E nazistas desavergonhados, ainda por cima. Assim guiada pelo viés de confirmação, em seu périplo por Urubici (até o nome da cidade é nazista!), ela se deparou com uma casa em cujo telhado se lia a palavra “HEIL”. Crente de estar diante de um furo jornalístico de proporções estratosféricas, a ativista não hesitou em usar seu espaço num jornal para se dizer visualmente agredida por uma saudação a Hitler.

Poucos dias antes, um conhecido militante petista usou as redes sociais para dizer que uma tiara de flores usada pela deputada federal catarinense (não é coincidência) Júlia Zanata tinha origem nazista. De acordo com o dublê de historiador, a tiara era usada por crianças arianas para saudar o Inominável. Disse mais, o militante. Disse que, por causa do uso insistente da famigerada tiara, a deputada deveria ser cassada.

E, finalmente, semana passada o deputado Paulo Bilynskyj foi acusado de exaltar “a participação de avô em exército de Hitler durante sessão da Câmara”. Atraído pela chamada escandalosa, lá fui eu assistir ao vídeo do discurso. Que em nenhum momento expressa esse orgulho ancestral do deputado pelo avô "nazista" que a manchete sugere. Em que pese a falta de tato histórico, o xará só exaltou (e se autoelogiou, como sói a um político) a luta da sua família, de origem ucraniana, contra o comunismo – aquele regime assassino que, só na União Soviética, consumiu a vida de dezenas de milhões de pessoas.

### **Em tempo:**

As casas “nazistas” pertencem a um homem chamado Valmor Heil, dono das Casas Particulares Heil. No mais, Hitler pode ter

tornado o “heil” famoso, mas a saudação não é exclusividade dos nazistas. Da mesma forma, embora nazistinhas de fato apareçam em fotos usando tiaras de flores semelhantes à da deputada, o acessório em si tem tanto a ver com o nazismo quanto uma foice e um martelo realmente usados por camponeses e carpinteiros têm a ver com o comunismo.

Por fim, na Ucrânia daqueles anos, quem lutou contra o comunismo na Segunda Guerra Mundial de fato lutou no exército de Hitler. Não havia escolha. Era o mal ou o mal. A sutileza (e inteligência e honestidade) está em distinguir os combatentes nazistas-com-ene-maiúsculo (racistas) daqueles que eram anticomunistas. Tampouco se pode esquecer que, sob o comunismo, no começo da década de 1930 a Ucrânia viveu o Holodomor. Daí porque tantos ucranianos, como os da família do deputado, viam “o

exército de Hitler” como um mal menor. O problema é que não vivemos tempos dados a sutilezas.

### **Árvore, buraco, homem**

O caso da colega que usou de todo o seu “faro jornalístico” para ver nazismo onde havia apenas um sobrenome me lembrou de uma conversa recente que tive com o grande Carlos Alberto Di Franco. Falávamos sobre a desprezada arte jornalística de retratar a realidade. Uma espécie assim de ofício místico que os grandes mestres chamavam de “objetividade”. Era o cálice sagrado de quem ganhava a vida contando o que acontecia por aí.

Antigamente (esse tempo cuja perfeição na hora ninguém percebeu) uma árvore caída no meio da rua, um buraco na calçada ou um pedreiro que caiu da escada eram apenas uma árvore

caída no meio da rua, um buraco na calçada e um pedreiro que caiu da escada. Mas não se preocupe, não. Ele já está melhor. Obrigado por perguntar.

Hoje (esse tempo cuja imperfeição insistente nos revolta) a árvore caída é mais. É um verdadeiro tratado do descaso da Humanidade para com a mãe Terra; é uma prova da ganância capitalista; é sobretudo um sinal de que o mundo em breve acabará se nada for feito imediatamente. O buraco na calçada tampouco é o que parece ser. Trata-se de um retrato do descaso dos políticos; da falência da democracia; uma prova de que o socialismo não funciona ou de que só o socialismo funciona. E o que aconteceu ao pedreiro jamais voltará a ser apenas um acidente. Obviamente, trata-se de uma tragédia causada pela relação desigual entre o ser humano e a Lei da Gravidade, essa fascista.

## Sintomático

No texto em que denuncia o Nazismo Estrutural Catarinense (em breve, nas piores livrarias), a moça cujo nome optei por não mencionar (ver nota abaixo) diz que até pensou em procurar os donos das “casas nazistas” e bater um papo.

Mas, por medo, achou melhor seguir viagem, vivendo na ignorância agora exposta ao debate público. O medo, contudo, é infundado, e nasce de uma visão de mundo ensimesmada, que não permite enxergar no outro apenas um ser humano que tem uma origem cultural e, talvez, visões políticas diferentes das suas.

Um ser humano que, no limite da caricatura, pode até odiar Lula, considerar Bolsonaro um mito, tomar chimarrão, afirmar que certas práticas sexuais são pecado, defender a propriedade privada, ouvir vanerão, dizer assim

à toa que “no tempo dos militares é que era bom” e, ocasionalmente, ser a favor da pena de morte. Mas que não é seu inimigo e, se você pedir, provavelmente lhe dará caridosamente um pedaço de pão e um copo d’água. E, se calhar, até um abraço!

É grave! A feminista (se uma mulher que chama o marido de “companheiro” não se declarar feminista, ficarei muito decepcionado) recusa um diálogo trivial e esclarecedor por receio de que a realidade, sempre menos dramática do que dizem os intelectuais, derrube seu castelinho ideológico. E a obrigue a reconhecer, mesmo em silêncio, que está errada. Se isso não é a submissão total do indivíduo à mentalidade de grupo – algo que, aliás, estava no cerne do mesmo movimento de massa que a escritora tanto teme – não sei o que é.

## Notas, Polzonotas

### Conforto

Nem bem tinha botado um ponto final na crônica de ontem, me veio a dúvida: por que preferimos sempre o conforto à luta política cuja nobreza e importância vivemos exaltando nas redes sociais?

### Urubici

Claro que "urubici" não é uma palavra nazista, né? Mas, para aqueles que se recusam a entender uma ironia, vale explicar que a palavra tem duas origens possíveis: tupi ou kaingang. E significa "fileira de urubus" e "mãe das águas frias", respectivamente.

Mas há também quem diga que o nome da cidade foi dado numa estranha homenagem a um explorador que tinha um amigo chamado

Bici, que gostava de observar urus – uma ave comum na região. Sempre que via um uru, portanto, o explorador corria chamar o amigo, dizendo: "Uru, Bici! Uru, Bici".

Uma prova de que, quanto mais estranha a etimologia da palavra, melhor ela é.

### **Abolição do homem**

Fiquei aqui debatendo com meus botões se mencionava ou não o nome da autora do texto sobre as “casas nazistas”. Por fim, decidi mantê-la num anonimato que, bem sei, é inútil. Tudo por causa das primeiras páginas do livro “A Abolição do Homem”, de C. S. Lewis, que reli no fim de semana. São admiráveis a elegância e o cuidado que Lewis toma para fazer uma crítica devastadora de um livro. Se segui bem o exemplo cristão de Lewis, não sei. Mas tentei.

## **Lacração à droite**

Sobre o caso das tiaras que mencionei no texto acima, a deputada Júlia Zanata decidiu recorrer a uma lei feminista para enquadrar Chico Pinheiro. Ela acusa o militante de “violência política contra a mulher”. Ah, essa direita...

## **Racismo**

Revoltante o episódio de racismo envolvendo o jogador Vinícius Jr., etc. e tal. Mas está longe de ser novidade – e não haverá lei capaz de impedir certas maldades impressas na alma dos idiotas.

## **Aquele abraço!**

Há um ano, Bolsonaro abraçava Alexandre de Moraes durante uma cerimônia no TST. Ninguém deu muita bola para o ocorrido, mas eu escrevi que:

“Tudo na cena é digna de apreciação, análise e, como pretendo afirmar em seguida, admiração. Bolsonaro chega com aquele sorriso mezzo carioca, mezzo João-sem-braço, envolve com uma curiosa efusividade dois pachecos cujo nome não vou me dar o trabalho de pesquisar e, ao avistar o reizinho Alexandre de Moraes carrancudamente sentado no trono, faz um gesto desses que a gente faz no bar para os amigos. Algo do tipo “levanta aí, cara, deixa de frescura!”.

### **Do túnel do tempo...**

Por que gostamos de falar de política, sobretudo em tempos de crise? Gostamos de falar de política porque nos sentimos importantes. Acreditamos que nossa opinião tem influência, que nossos insights iluminarão toda a conjuntura do país – o que quer que signifique

isso. Mas não só. Discutimos política (o dia todo!) porque essa interação com as manchetes faz com que nos sintamos vivos e pertencentes a algo maior: o tempo e seu espírito. Quando, na realidade, em nossa obsessão somos apenas jóqueis de Leviatã, condenados a passar eternos oito segundos cavalgando o monstro intangível, na esperança vã de dominá-lo.

*Autor: Paulo Polzonoff Jr. é jornalista, tradutor e escritor.*



[Voltar ao índice](#)



*Eduardo Appio tenta anular decisões de Marcelo Malucelli, do TRF4, apontando ligação com Sergio Moro | Foto: Reprodução/Gazeta do Povo*

## **Afastamento de juiz da Lava Jato reflete guerra com TRF4 sobre rumo da operação**

Por Renan Ramalho

O afastamento do juiz Eduardo Fernando Appio, da 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelos processos da Operação Lava Jato, é mais um capítulo da guerra de decisões conflitantes, travada nos últimos meses, com o Tribunal Regional

Federal da 4ª Região (TRF4), sediado em Porto Alegre e que revisa seus atos em segunda instância.

A disputa se dá sobre o novo rumo que tomou o caso sob a condução de Appio. Para os críticos, o juiz estaria não só aprofundando o desmonte da operação, tentando anular condenações e provas, mas também buscando incriminar o ex-juiz e hoje senador Sergio Moro (União-PR) e o ex-procurador e atual deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR).

Antes e depois de assumir os processos, Appio tem manifestado publicamente contrariedade com as investigações da extinta força-tarefa do Ministério Público Federal, inclusive citando conversas privadas entre seus membros e de Dallagnol com Moro, obtidas e vazadas por hackers.

O maior embate de Appio, nesses meses iniciais à frente da Lava Jato, se deu com o desembargador

Marcelo Malucelli, pivô do episódio que levou ao afastamento do juiz – Appio foi gravado, segundo o TRF4, tentando intimidar o filho de Malucelli, João Eduardo Barreto Malucelli. Numa ligação, teria se passado por um servidor do tribunal e dito que o pai teria créditos no imposto de renda. O contato foi feito após vazamento de dados pessoais do advogado nas redes sociais.

A conversa entre os dois teria ocorrido, ainda segundo o tribunal, no último 13 de abril. Na véspera, Malucelli havia determinado que Appio analisasse um dos vários pedidos de suspeição contra ele, apresentado pelo MPF. O juiz vinha ignorando tais pedidos e afirmava que suspeito era o próprio Malucelli, pelo fato de o filho do desembargador ser sócio de Moro e sua mulher, a deputada federal Rosângela Moro (União-PR), além de namorar a filha do casal.

Vários atos de Appio, que colocavam em xeque algumas decisões de Moro consideradas cruciais para a operação, foram derrubadas por Malucelli, que era relator da Lava Jato no TRF4.

Em março, por exemplo, Marcelo Malucelli revogou por duas vezes, no mesmo dia, ordens de prisão emitidas por Appio contra o doleiro Alberto Youssef, personagem-chave e primeiro delator da operação. Com base numa nova representação da Receita, o juiz afirmava que ele escondia valores que deveria devolver e tinha endereço incerto. O desembargador mandou soltá-lo porque o MPF não havia sido consultado e porque ele era monitorado por tornozeleira.

Antes, ainda em março, Malucelli também derrubou uma decisão de Appio que havia determinado que o ex-deputado federal Eduardo Cunha (PTB) entregasse seis carros de luxo que

estavam bloqueados, mas ainda em seu poder. O desembargador considerou que o juiz não tinha competência para decidir sobre os bens, já que o processo contra Cunha fora remetido à Justiça Eleitoral. Anteriormente, Appio tomou a mesma medida contra o ex-ministro petista Antonio Palocci, para devolução de cinco veículos.

A ação mais incisiva de Appio contra Moro e Dallagnol ocorreu também em março, quando ele tomou o depoimento do advogado Rodrigo Tacla Duran. Acusado de lavar dinheiro para a Odebrecht, Duran desde 2017 acusa os dois de extorsão. Afirma que, em 2016, depositou US\$ 613 mil para Marlus Arns, que supostamente seria ligado a Rosângela Moro, como primeira parcela de um pagamento total de US\$ 5 milhões, para que ele tivesse um acordo de delação aceito por Dallagnol e Moro.

O deputado e o senador sempre negaram essas acusações, que foram rejeitadas pelo MPF por falta de provas. O caso foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), onde o ministro Ricardo Lewandowski, já aposentado, mandou a Procuradoria-Geral da República (PGR) aprofundar as investigações, pela suspeita de que Moro e Dallagnol ainda estariam interferindo na Lava Jato. Em abril, no entanto, Marcelo Malucelli acabou se afastando da relatoria da Lava Jato no TRF4 depois que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu apurar sua conduta no caso Tacla Duran. Naquele mês, o TRF4 chegou a divulgar que o desembargador havia restabelecido a prisão preventiva do advogado. Para o corregedor nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão, a ordem contrariou decisão Lewandowski de suspender as investigações contra Tacla Duran.

Os embates entre Appio e o TRF4, no entanto, continuaram. No último dia 18 de maio, o novo relator da Lava Jato no tribunal, Loraci Flores, derrubou uma decisão de Appio para tomar um novo depoimento de Palocci. A defesa do ex-ministro queria rediscutir seu acordo de delação, alegando que ele não teria sido feito espontaneamente. O desembargador considerou que Appio não tinha competência, uma vez que a delação foi firmada junto ao TRF4.

No dia 16, outro desembargador, Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, cassou a decisão de Appio que havia anulado atos de Moro contra o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, inclusive uma condenação a 14 anos de prisão. Appio acatou alegações da defesa de que Moro teria agido com parcialidade, mas Thompson Flores considerou que ele não poderia ter despachado

antes de ouvir o MPF e de avaliar sua própria suspeição para decidir no caso.

Appio, no entanto, manteve a linha de revisão da Lava Jato. No último dia 19, Appio convocou Dallagnol a depor sobre sua ligação com Walter José Mathias Junior, procurador responsável pelos casos de Tacla Duran, e que sempre rejeitou as acusações do advogado. Com o afastamento do juiz, não se sabe se o interrogatório, marcado para junho, será mantido. Quem assume os processos agora é Gabriela Hardt, juíza substituta da 13ª Vara Federal e que sempre atuou em consonância com Moro, quando ele era juiz.

Nesta segunda-feira (22), pouco antes de ser afastado pelo TRF4, Appio também mandou a Polícia Federal reabrir as investigações sobre um grampo clandestino encontrado por Youssef em sua cela em 2014, quando estava preso na

superintendência da corporação no Paraná. Há o risco de anulação de toda a delação do doleiro, caso se considere que ele teria sido gravado de forma irregular durante sua prisão preventiva.

Na semana passada, num despacho, Appio manifestou queixas em relação ao TRF4. Escreveu que todas as decisões de Marcelo Malucelli deveriam ser anuladas, em razão da proximidade com Moro, e que o novo relator, Loraci Flores, tem ignorado essa questão.

“Este juízo federal, por conseguinte (e visando evitar novo tumulto processual em recursos envolvendo a famigerada operação Lava-Jato seus desdobramentos no meio empresarial e político brasileiro, de maneira que até mesmo as eleições presidenciais foram impactadas pelas decisões judiciais tomadas) foi buscar junto ao próprio relator dos processos da Lava-Jato na 8ª turma

recursal do TRF-4, as luzes necessárias para bem e prudentemente decidir nos casos”, escreveu o juiz.

No mesmo documento, ele ainda se queixa de trabalhar “praticamente sozinho” depois de ser obrigado a ceder seis funcionários da 13ª Vara ao TRF4.

Desde o afastamento, na noite desta segunda (22), Appio se recolheu e recusou dar explicações à imprensa. Aliados consideram que ele ainda tem chance de virar o jogo, especialmente junto a tribunais superiores de Brasília – cabem recursos contra seu afastamento ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao STF ou ao CNJ.

As últimas declarações foram dadas numa entrevista à GloboNews, na tarde de segunda. Appio admitiu que se conectava ao sistema da Justiça Federal com a identificação “LUL22”, dizendo

que era uma forma de protestar contra a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2018.

Ainda disse que, na condução do caso, quer fazer um “acerto de contas com a verdade”. “É o momento de passar a limpo tudo o que aconteceu. Se ocorreram ilegalidades, vão ser processadas e julgadas no tempo e modo devidos”, afirmou.

Appio criticou a forma como as investigações atingiram as empreiteiras e recomendou, por várias vezes, a leitura do livro “Uma Guerra contra o Brasil”, recém-lançado por Emílio Odebrecht, no qual o empresário diz que foi forçado a delatar os esquemas de corrupção da construtora.



[Voltar ao índice](#)



*Arcabouço fiscal foi aprovado pela Câmara dos Deputados na noite de terça-feira (23) com artimanha para permitir mais gastos do governo. | Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados*

## **Câmara troca uma artimanha por outra para permitir mais gastos do governo**

*Por Célio Yano*

Para facilitar a aprovação do projeto do novo arcabouço fiscal na Câmara, o relator da proposta, deputado Claudio Cajado (PP-BA), retirou da versão final do texto um dispositivo que fixava o crescimento real do limite de gastos públicos para

2024 em 2,5%, independentemente da evolução na arrecadação.

Por outro lado, um novo artigo incluído no texto-base aprovado autoriza o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a aumentar o espaço para novas despesas no mês de maio do próximo ano, caso a receita projetada para o exercício, ao fim do segundo bimestre, seja superior à prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024.

A ampliação do limite de gastos, nesse caso, ocorrerá na proporção da diferença entre o projetado para 2024 em relação ao realizado em 2023 e o estabelecido na LOA, até o máximo de 2,5% de aumento real. Caso a estimativa não se realize ao fim do ano, esse aumento no teto será “devolvido” no exercício de 2025.

Na prática, portanto, a Câmara trocou uma artimanha por outra, de forma a manter ao governo

a possibilidade de gastar mais no próximo ano. O texto foi aprovado por larga vantagem: 372 votos a favor, 108 contrários e uma abstenção.

“Em resumo, o novo texto acaba dando voltas para chegar ao mesmo ponto: o limite de despesas deve ser corrigido em 2,5% acima da inflação em 2024 e 2025, já que receitas adicionais decorrentes de medidas que entrarão em vigor nos próximos meses possibilitarão ao governo atingir esse patamar”, analisa Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos.

Para os economistas Felipe Salto, Josué Pellegrini e Fernanda Castro, da Warren Rena, a mudança pode resultar em uma taxa de variação real que se situará entre 1,1% e 2,5%. Isso significaria um aumento de R\$ 29,4 bilhões no limite de gastos para 2024. Na média de 2024 a 2032, essa expansão anual no teto de despesas poderia superar R\$ 36 bilhões.

“A aposta implícita nessa regra complexa, vale dizer, é que a dinâmica de receitas de 2024 deverá permitir uma maior expansão de gastos, que não estaria avalizada na presença apenas da regra geral contida no texto original do PLP 93”, comentam os analistas em relatório para clientes.

“O problema é que, na prática, pode-se estar criando um mecanismo ad hoc que dá um teor bastante casuístico para o primeiro ano de aplicação do arcabouço fiscal, com o objetivo prático de produzir uma taxa real elevada, que possa se aproximar dos 2,5%, mesmo a regra dos 70% sobre a variação real da receita líquida até junho de 2023 não ensejando tal comportamento”, escrevem.

Segundo o jornal “O Estado de S.Paulo”, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, atuou diretamente nos bastidores para impedir que a nova versão do

substitutivo de Cajado limitasse a ampliação dos gastos do governo em 2024, primeiro ano de vigência da nova regra fiscal, caso o texto tenha o aval também do Senado.

“A Câmara dos Deputados deu uma demonstração de que busca um entendimento para ajudar o Brasil a recuperar taxas de crescimento mais expressivas”, disse Haddad em conversa com jornalistas logo após a aprovação do texto na Câmara.

### **Gastos com Fundeb dentro da regra**

A versão final do relatório de Cajado manteve os gastos da União com complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) sob o alcance do novo arcabouço fiscal, diferentemente do texto original do governo, que excluía os gastos da regra. Mas incluiu um parágrafo que tornou mais explícito que o

crescimento das despesas com o fundo elevará automaticamente o limite para gastos, permitindo que essa elevação não ocupe o espaço de outras despesas.

## **Contingenciamento de investimentos**

Outro dispositivo acrescentado ao projeto de lei complementar permite o contingenciamento de investimentos, em caso de iminente rompimento da meta fiscal, na mesma proporção das demais medidas discricionárias. “Em tese, isso assegura um maior espaço para o governo fazer os ajustes necessários para o cumprimento da meta de resultado primário durante a execução”, diz Sbardelotto, da XP.

## **Porcentual mínimo de despesas discricionárias**

A versão anterior da proposta permitia que o governo definisse a cada ano, na Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO), qual seria o percentual mínimo de despesas discricionárias. “Em tese, o governo poderia definir um mínimo próximo a 100%, o que eliminaria a possibilidade de contingenciamentos e reduziria a efetividade da regra”, explica o economista da XP.

No texto aprovado, no entanto, essa possibilidade foi retirada, ficando apenas o limite mínimo de 75% fixado na lei.

## **Regra para investimentos**

O relator modificou ainda a regra referente ao patamar mínimo investimentos. Na proposta original, o valor seria corrigido sempre pela inflação e partiria do orçado para 2023 (R\$ 78,8 bilhões). Agora, os investimentos terão de corresponder a 0,6% do PIB estimado no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o respectivo ano.

O índice de 0,6% do PIB projetado, segundo estimativa da Warren Rena, resultaria em montante em torno de R\$ 63,9 bilhões. “A nova regra, quando comparada à anterior, abre R\$ 14,9 bilhões, de saída, nas despesas discricionárias, aumentando o espaço para fazer resultado primário”, comentam os analistas da corretora.

### **Vedação à exclusão de despesas primárias**

Outra modificação foi o acréscimo de um parágrafo que modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal, proibindo disposições que excluam despesas da apuração da meta de resultado primário.

“Esse dispositivo é bastante salutar”, avaliam Salto, Pellegrini e Fernanda, da Warren Rena. “A prática [de exclusão de despesas] já foi largamente usada no passado recente e colaborou para distorcer os mecanismos originais do sistema de

metas de resultado primário adotado desde 1999 no Brasil.”

## **Regra de sustentabilidade da dívida**

Também foi complementado dispositivo que o substitutivo inicial já trazia em termos de regra de sustentabilidade de dívida/PIB, com uma explicitação da trajetória de dez anos no Anexo de Metas Fiscais da LDO e compatibilização com as metas de resultado primário. Nos meses de maio, setembro e fevereiro, quando forem apresentados os resultados fiscais em comissão, no Congresso Nacional, o ministro da Fazenda será obrigado a evidenciar também os números da dívida pública e o cumprimento da trajetória projetada.



[Voltar ao índice](#)



*Prédio da Lubianka (à direita), em Moscou, sede da FSB, uma das sucessoras da KGB|  
Foto: EFE/Ignacio Ortega*

## **Derrota russa: EUA derrubam a mais sofisticada ferramenta de ciberespionagem do FSB**

*Por John Lucas Alves da Silva*

No começo deste mês, o governo dos Estados Unidos anunciou para o mundo a sua mais importante vitória na luta contra a ciberespionagem global. Por meio de um comunicado oficial, o governo americano declarou

que havia derrubado o malware conhecido como Snake, classificado como uma das mais sofisticadas e complexas ferramentas usadas durante cerca de duas décadas pelo Serviço Federal de Segurança da Rússia (FSB), um dos sucessores da KGB, para monitorar países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), jornalistas e outros alvos.

No comunicado emitido no último dia 9, o FBI e a Agência de Segurança Cibernética dos EUA (CISA) informaram que o malware Snake fazia parte de uma ampla gama de ferramentas maliciosas do notório grupo de hackers conhecido como Turla. Contando com financiamento russo, o grupo iniciou o desenvolvimento do vírus em 2003 e o utilizava para atacar uma variedade de alvos alinhados à OTAN, a agências governamentais e a empresas de tecnologia dos Estados Unidos, revelou um alto funcionário do FBI.

A operação, conduzida sob o codinome *Medusa*, foi montada a partir do resultado de uma grande investigação do FBI, que já estava em andamento há anos. Ela contou com a participação e coordenação de outras agências de segurança dos EUA e de seus aliados internacionais, como o Reino Unido, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia. As autoridades americanas vinham monitorando a atividade dos agentes do FSB responsáveis pelo uso do malware, os quais operavam em uma instalação dos serviços de segurança russos. Durante o processo de investigação, os especialistas americanos identificaram várias características técnicas únicas do Snake e exploraram erros cometidos pelos operadores, fornecendo uma base sólida para entender o funcionamento interno do malware.

“Nossa investigação revelou exemplos de operadores do FSB que pareciam não estar

familiarizados com as capacidades mais avançadas do Snake”, disse um dos promotores do FBI aos tribunais federais dos EUA.

De acordo com autoridades americanas, uma das vulnerabilidades descobertas no vírus estava relacionada à biblioteca OpenSS, utilizada para a troca de chaves Diffie-Hellman. O conjunto de chaves gerado pelo Snake durante essa troca era muito curto para ser considerado seguro, com um comprimento principal de apenas 128 bits. Além disso, em algumas implantações apressadas do malware, os operadores negligenciaram a remoção do binário do Snake, deixando rastros que contribuíram para sua identificação. O modus operandi dos hackers consistia em infectar computadores em todo o mundo com o malware e, em seguida, extrair os dados desses dispositivos, incluindo aqueles localizados nos Estados Unidos.

As autoridades americanas conseguiram desativar o malware usando uma ferramenta especial do FBI chamada Perseus. A ferramenta enviou comandos ao Snake, sobregravando seus componentes vitais e interrompendo suas atividades. A infraestrutura do malware foi identificada em mais de 50 países, incluindo a própria Rússia.

Embora o Snake tenha sido utilizado em vários setores, seu direcionamento era sempre tático e intencional. O FSB russo empregou o vírus para coletar informações sensíveis de alvos de alta prioridade, como redes governamentais, centros de pesquisa e jornalistas. Um exemplo mencionado foi o acesso e a exfiltração de documentos confidenciais e comunicações diplomáticas de um país membro da OTAN, que não teve seu nome divulgado.

Nos Estados Unidos, o FSB atingiu setores como educação, pequenas empresas, organizações de mídia e setores de infraestrutura crítica, incluindo instalações governamentais, serviços financeiros, manufatura essencial e comunicações.

O desmantelamento bem-sucedido da rede de espionagem cibernética russa é considerado um golpe significativo contra as atividades de inteligência estrangeira e um passo importante na defesa dos interesses dos Estados Unidos e de seus aliados.

No comunicado, Merrick Garland, procurador-geral dos Estados Unidos, enfatizou que Washington e seus aliados continuarão a fortalecer suas defesas conjuntas contra as tentativas de Moscou de desestabilizar a segurança dos países ocidentais. Essa ação é vista como uma resposta enérgica às atividades de espionagem

cibernética da Rússia, que têm sido motivo de preocupação há anos. “Continuaremos a fortalecer nossas defesas coletivas contra os esforços desestabilizadores do regime russo para minar a segurança dos Estados Unidos e de nossos aliados”, declarou Garland.

### **Vitória pode ser temporária**

Mesmo representando uma vitória significativa para os países do Ocidente, um especialista brasileiro alertou que essa conquista pode ser apenas temporária e destacou a necessidade de medidas contínuas para garantir a segurança digital.

Em entrevista à Gazeta do Povo, Felipe Gonçalves Silva, consultor em segurança, enfatizou a natureza efêmera das vitórias no campo cibernético. De acordo com ele, “quando se trata de cibersegurança, todas as vitórias são efêmeras.

Hoje você pode ter ganho a batalha, mas amanhã o seu atacante poderá superá-lo”. Para Silva, a campanha realizada pela operação Medusa com objetivo de derrubar o Snake certamente causou um impacto significativo ao sistema de espionagem russo, porém, é essencial continuar investindo em inteligência, ferramentas de proteção e treinamento visando a conscientização dos usuários, principalmente os politicamente expostos, para prevenir futuros ataques semelhantes.

Na visão de Silva, os próximos passos que os países do Ocidente devem tomar para evitar a proliferação de novos malwares de espionagem é justamente o caminho de investimento constante em inteligência. Ele alertou que, embora o Snake tenha sido derrotado, seus segredos já foram decifrados e é provável que versões genéricas do malware

surjam na dark web para uso criminoso. Portanto, a cautela é fundamental.

O consultor em segurança também enfatizou a habilidade dos países da OTAN em combater ameaças cibernéticas de larga escala. “O Snake possui uma alta capacidade de infecção e é altamente capilarizado. Cerca de 50 países foram infectados. É um malware de persistência muito forte e modular, o qual ia se moldando conforme a necessidade ou objetivo da prospecção do seu atacante. Ele também era de difícil percepção e não deixava rastros ou sintomas. Isso nos demonstra a altíssima capacidade dos países da OTAN em conseguir a neutralização e derrubada do Snake. Vejo que teremos cada vez mais ferramentas de infecção e proliferação de ameaças cibernéticas em massa com alta capacidade de sofisticação e engenharia de software de ambos os lados”, afirmou.

No contexto das operações futuras envolvendo segurança cibernética desenvolvidas pelos países do Ocidente, a derrubada do Snake pode desempenhar um papel crucial. Silva ressaltou que, inicialmente, a operação buscou frear a ação do FSB, financiador do vírus, mas no geral, esse tipo de operação também oferece a oportunidade de desenvolver outras ações, sistemas e mecanismos de proteção, detecção e ataque mais avançados.

Quando questionado sobre a importância dessa derrubada no cenário de guerra cibernética travada entre o Ocidente e a Rússia, Felipe pontuou que esse talvez seja um marco histórico. “O Snake pode ser considerado como um símbolo da capacidade tecnológica cibernética russa. A perda desse malware altamente maduro e amplamente difundido é, sem dúvidas uma vitória significativa para os países da OTAN”, disse.

No entanto, Silva ressaltou a necessidade de aguardar os possíveis desdobramentos dessa operação, bem como os contra-ataques que podem surgir no futuro.

No que diz respeito às ameaças cibernéticas futuras, ele alertou que o Snake é apenas um exemplo de malware sofisticado. Ele mencionou o software Perseus, usado pelos Estados Unidos na operação de derrubada do Snake, como um exemplo de sistema que pode evoluir e substituir o malware russo. Além disso, ele apontou para o uso de ambientes do metaverso, como jogos online, como uma tendência atual em ataques cibernéticos contra governos.

### **Histórico de ataques e invasões bem sucedidas**

Durante seus anos de atividade, o grupo Turla, que os EUA afirmam serem financiados pelo FSB russo, realizou diversos ataques bem sucedidos a países

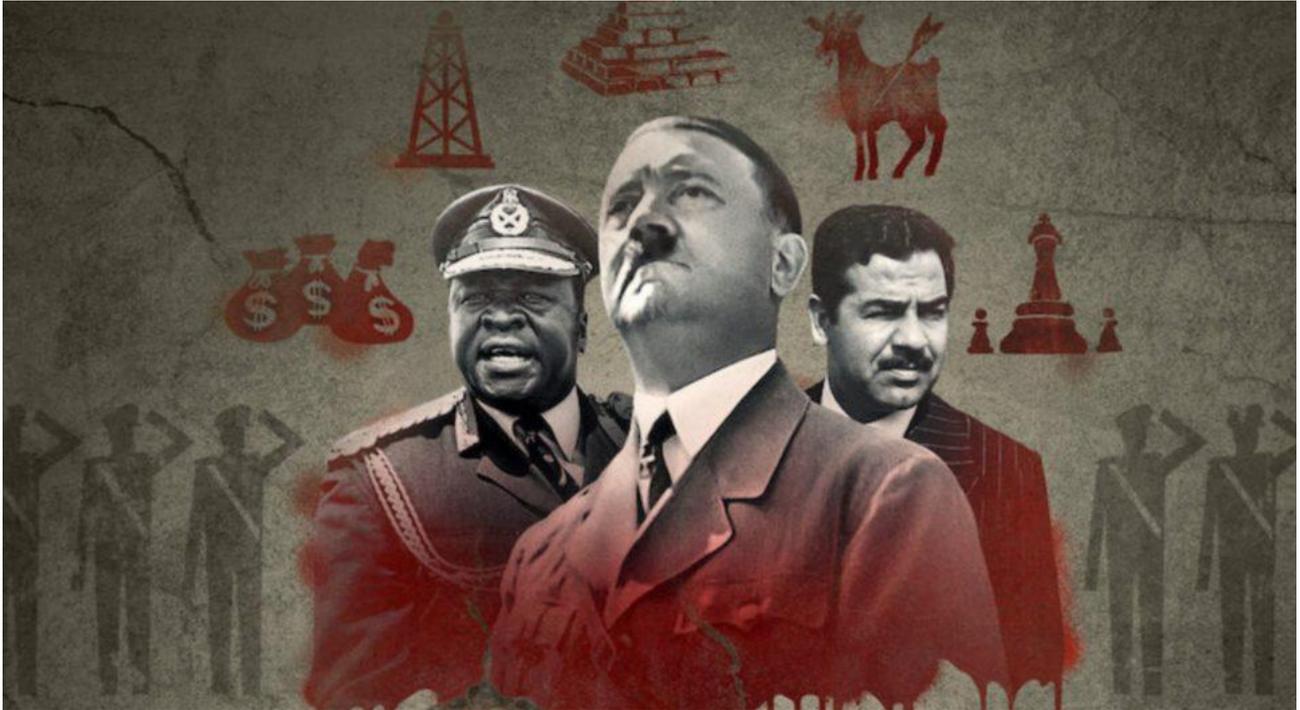
européus utilizando o Snake. Em 2016, os hackers invadiram a Academia Federal de Administração Pública da cidade de Brühl, na Alemanha. Logo depois, eles conseguiram obter com sucesso um acesso à Rede de Informações da Administração Federal Alemã, utilizada pelos órgãos legislativos e governamentais do país, até conseguir alcançar seu objetivo final, que era invadir o Departamento 2 do Ministério das Relações Exteriores, justamente a seção responsável pela política externa alemã na União Europeia e pelas relações da Alemanha com outros países da Europa, América do Norte e Ásia Central, incluindo a Rússia.

Antes disso, o grupo também forneceu seus serviços para capturar dados e documentos ucranianos durante a ocupação da Crimeia, em 2014. No ataque, dezenas de redes de computadores ucranianos foram afetados e desestabilizados. Além do ataque à Ucrânia, os hackers também

atingiram sistemas ligados ao governo da Lituânia, tirando sites do ar e capturando algumas informações consideradas sensíveis. Além desses ataques, John Hultquist, chefe da Mandiant Intelligence Analysis, de propriedade do Google, afirmou ao The Bharat Express News que o FSB chegou a usar o Snake para ajudar hackers iranianos a roubar informações de uma organização ocidental sem nome divulgado.



[Voltar ao índice](#)



*Idi Amin, Adolf Hitler e Saddam Hussein estão em foco em “Como Se Tornar um Tirano”| Foto: Netflix/Divulgação*

## Série da Netflix ensina espectador a farejar ditadores em potencial

Por Erich Thomas Mafra

Controle dos poderes políticos, limitação da liberdade de expressão e confisco de bens. Essas atitudes podem parecer coisas que só foram realizadas por líderes históricos como Joseph Stalin ou Vladimir Lênin, porém estão muito mais

próximas de nossa realidade. Na Nicarágua dos dias atuais, o ditador Daniel Ortega realiza tais atos e se posiciona como um verdadeiro ditador moderno. E ele, infelizmente, não é um caso isolado no mundo. Mas como um tirano pode ser identificado antes que se torne um problema como o nicaraguense e tantos outros?

Lançada pela Netflix, em 2021, a série documental Como se Tornar um Tirano responde a essa questão esmiuçando os atos de nomes como Stalin, Adolf Hitler, Idi Amin, Saddam Hussein e demais ditadores que marcaram a história com suas atrocidades.

Ao longo de seis episódios, a produção pontua seis “tarefas” que podem ajudar alguém a se tornar um tirano: tome o poder, acabe com os rivais, reine pelo terror, controle a verdade, crie uma nova sociedade e governe para sempre. Todos os passos

são narrados por Peter Dinklage, o Tyrion Lannister de Game of Thrones, e abrilhantados com montagens que misturam material histórico e desenhos animados para representar os momentos decisivos dos personagens da série.

### **Marketeiros de primeira**

Mesmo em episódios curtos, com cerca de 30 minutos de duração, Como se Tornar um Tirano consegue ir além dos pontos citados acima e detalha similaridades na trajetória de ascensão dos grandes ditadores. Um dos pontos mais curiosos, levantados logo no primeiro capítulo, é como Hitler e outros atuavam como verdadeiros publicitários.

O culto à personalidade, um dos pilares em locais em que a democracia ruiu, só é capaz de existir se a figura que encabeça o movimento souber criar uma imagem forte. Uniformes, discursos frenéticos e

até anúncios em veículos de comunicação ajudam na construção deste tipo de figura.

Ortega conseguiu triunfar na Nicarágua justamente por saber reposicionar sua marca. Antes um guerrilheiro comunista, o ditador decidiu encarnar um cristão fervoroso para se aproximar dos católicos do país e ganhar votos. Agora ele já realiza atos como confiscar os bens da Cruz Vermelha e limitar a imprensa.

Como se Tornar um Tirano pode não ser um lançamento, mas continua atual dois anos depois. Assistir ou reassistir a essa produção pode deixar os espectadores mais atentos para algum indício de tirania no ar de seus países.



[Voltar ao índice](#)

## PARA SE APROFUNDAR

- [Editorial: O \(não\) esforço de Lula pela paz na Ucrânia](#)
- [Militares recebem com surpresa críticas de Ricardo Salles contra investimentos nas Forças Armadas](#)
- [PT quer retomar Eletrobras “como ela era”. O que houve com a empresa nos governos petistas](#)
- [Compra de terras por estrangeiros: visão ideológica ainda dita as regras no Brasil](#)
- [Com um presidente da era analógica, é o poder sem voto quem governa de fato no Brasil](#)
- [VPN: solução para driblar censura e vigilância em ditaduras fica cada vez mais popular no Brasil](#)
- [Em suas próprias palavras: o que humoristas famosos disseram sobre liberdade de expressão e censura](#)

## COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

## EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Glaydson Donadia e Marcela Mendes. Estagiária: Maria Eduarda Souza Mendes. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

## APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice